

EDITAL Nº 09/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08 /2024

Processo Licitatório Nº 15/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE CANAS, Estado de São Paulo, com sede à Avenida 22 de Março, 369, Centro, Canas/SP, através de sua Prefeita Municipal, torna público, que realizará licitação na modalidade pregão eletrônico, do tipo **menor preço global**, **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, obedecendo às disposições da Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas regulamentares além das exigências deste Edital.

CADASTRAMENTO, ABERTURA E INÍCIO DA SESSÃO:

Início de Cadastro de Propostas:	17/09/2024	9h
Cadastro de Propostas até:	27/09/2024	9h
Abertura de Propostas iniciais	27/09/2024	9h e 20min.
Critério de julgamento	Menor preço global	
Início do Pregão (fase competitiva):	27/09/2024	9h e 30 min.

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

LOCAL: www.novobbmnet.com.br

1. OBJETO

1.1 Registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de análises de exames laboratoriais, incluindo a análise do material e obtenção do resultado, conforme especificações, quantitativos e demais condições definidas neste Edital e seus anexos.

1.2 O valor estimado encontra-se registrado no Anexo I e disponível para consulta na Prefeitura Municipal de Canas.

1.3 A adjudicação será feita por **critério de julgamento global**, conforme o detalhamento constante do Termo de Referência.

2 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *internet*, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases por meio do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Bolsa Brasileira de Mercadorias.

2.2 Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro, nomeado pela Portaria Municipal nº 8.994/2024, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a página eletrônica da Bolsa Brasileira de Mercadorias (www.novobbmnet.com.br).

2.3 As obrigações, bem como os critérios de recebimento, de pagamento, de aceitação do objeto e de fiscalização estão estabelecidas no Termo de Referência e/ou no Termo de Compromisso, em anexo.

2.4 O licitante deverá promover a sua inscrição e credenciamento para participar do pregão, diretamente no site da Bolsa Brasileira de Mercadorias, até o horário fixado no edital para inscrição e cadastramento.

2.5 O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do licitante que pagará a Bolsa Brasileira de Mercadorias, provedora do sistema eletrônico, o equivalente aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, consoante tabela fornecida/emitida pela entidade, prevista no seguinte endereço eletrônico:

<https://novobbmnet.com.br/informações-sobre-os-custos-da-utilizacao-do-bbmnet-licitacoes/>

3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. **Este Pregão é destinado às Empresas que atenderem a todas as exigências deste Edital e seus anexos, e cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto deste certame e preencham os requisitos de habilitação.**

3.2 Poderão participar do presente processo de licitação as licitantes interessadas que atendam os requisitos de habilitação **e não se enquadrem nas hipóteses previstas no art. 14 e § 1º do art 9º ambos da Lei 14.133/21**, também Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

3.3 O presente processo terá como critério de contratação a escolha do fornecedor que apresentar o menor valor global dentre os participantes, que atenda as exigências de habilitação.

3.4 A escolha dos fornecedores ocorrerá através de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, através do sistema disponível no site <https://www.novobbmnet.com.br>, nos termos da Lei 14.133/21, do Termo de Referência e demais regras contidas neste Edital de Convocação.

3.5 A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, por meio do sistema eletrônico no *sítio* www.novobbmnet.com.br, opção “Login” opção “Licitação Pública” “Sala de Negociação”;

3.6 Para participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, **que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.**

3.7 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.8 Caso haja desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão, o

sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

3.9 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão de pregão será suspensa e terá reinício somente após reagendamento/comunicação expressa aos participantes via “chat” do sistema eletrônico, onde será designado dia e hora para a continuidade da sessão, respeitado o prazo mínimo de vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

3.10 O andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado pelos participantes por meio do portal “www.novobbmnet.com.br”, que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.

3.11 O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

3.12 Não será admitida nesta licitação a participação de empresas que:

- a) aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- b) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- c) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- d) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 1976, concorrendo entre si;
- e) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- f) agente público do órgão ou entidade licitante ou, se o caso, terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;
- g) organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição; Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei

nº 14.133, de 2021;

h) pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

i) O impedimento de que trata o item 3.12, b, será também aplicada ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

4.1. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão, desde que o faça até 03 (três) dias úteis anteriores a data fixada para abertura do certame, devendo protocolar o pedido diretamente no sistema BBMNET em campo destinado para impugnação e esclarecimentos no próprio sistema BBMNET, ou na Secretaria de Administração, sito à Avenida 22 de Março, 369, Centro, Canas/SP, no horário das 09:00h as 12:00h e das 13:30h as 16:30h, de segunda à sexta-feira, ou via *e-mail*: <licitacao@canas.sp.gov.br> cabendo a resposta no mesmo prazo com limite no ultimo dia útil anterior ao certame, a ser divulgado no site www.canas.sp.gov.br no link licitações referente ao presente certame.

4.1.1. O pedido de impugnação, providência ou esclarecimentos deve ser formulado por escrito e conter os seguintes dados:

- a) Identificação do licitante ou de quem o represente, com os nomes, os prenomes, o número de inscrição no CPF ou no CNPJ, o e-mail, o domicílio e a residência do requerente ou local para recebimento de comunicações, com a juntada em anexo de cópia do documento de identificação da pessoa física e/ou ato constitutivo da pessoa jurídica;
- b) Formulação do pedido, com exposição de fatos e de seus fundamentos, data e assinatura do requerente ou quem o represente; e se for o caso os documentos que confirmam as alegações.

4.1.2. Caso seja acolhida à impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, salvo se a alteração não afetar o valor da proposta.

4.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital, por falhas ou irregularidades, a licitante que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder à data de realização da sessão pública do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

4.3. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório.

4.4 A impugnação, os pedidos de providências e esclarecimentos não possuem efeito suspensivo, ficando a possível suspensão a cargo do pregoeiro em medida excepcional motivada nos autos do presente processo.

5. CREDENCIAMENTO DO LICITANTE NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA BRASILEIRA DE MERCADORIAS

5.1 - Os procedimentos para credenciamento e obtenção da chave e senha de acesso poderão ser iniciados diretamente no *site* de licitações no endereço eletrônico www.novobbmnet.com.br, acesso “credenciamento – licitantes (FORNECEDOR)”.

5.2 - Qualquer dúvida dos interessados em relação ao acesso no sistema BBMNET Licitações poderá ser esclarecida através dos canais de atendimento da Bolsa Brasileira de Mercadorias, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h (horário de Brasília) através dos canais informados no site www.novobbmnet.com.br.

5.3 - Quando a licitante for microempresa ou empresa de pequeno porte e desejar gozar dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 **deverá identificar-se no sistema eletrônico**.

6. DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

6.1 - As propostas de preços deverão ser preenchidas eletronicamente no site www.novobbmnet.com.br até data e horário definidos no preâmbulo deste edital.

6.1.1 – Ao preencher a proposta o licitante deverá inserir o valor de sua proposta.

6.2 - Todas as especificações do objeto licitado contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3 - O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.4 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.5 - Os preços preenchimentos da proposta inicial, e os ofertados na etapa de lances, são de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto, salvo nos casos comprovados de inexecuibilidade.

a) A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias a partir data de abertura das propostas.

6.6 - A **proposta eletrônica** não poderá conter qualquer dado que identifique o LICITANTE ou seu representante.

7. ABERTURA DAS PROPOSTAS, CLASSIFICAÇÃO, FORMULAÇÃO DOS LANCES E JULGAMENTO.

7.1 - A partir do horário previsto no preâmbulo deste edital e no sistema, terá início à sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação automática das propostas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

7.2 - O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham

vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, bem como será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.3 - A desclassificação será sempre fundamentada, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.4 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas que participarão da etapa de lances.

7.5 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.6 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 - O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 1% (um por cento).

7.9 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.13 - Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado por equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.14 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16 - Será assegurada às licitantes microempresas e empresas de pequeno porte preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

7.17 - As propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada, salvo se a empresa que tiver dado o lance menor também for microempresa e empresa de pequeno porte.

7.18 - A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.21.1 - A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado mesmo após a negociação for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.22 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes e tendo seu resultado divulgado a todos e anexado aos autos do processo.

7.23 – A PROPOSTA FINAL do licitante declarado vencedor será atualizada automaticamente pelo sistema de pregão eletrônico, e quando houver mais de um item por lote, será aberto o sistema para que a empresa licitante possa adequar sua proposta.

7.23.1 – Excepcionalmente, quando não for possível matematicamente a divisão dos valores de forma proporcional, deverá o fornecedor atualizar sua proposta no prazo máximo de 02 (duas) horas ou em outro prazo determinado pelo Pregoeiro.

7.24 – Havendo necessidade de documentos complementares a proposta, ou quando necessários a confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, é facultado ao pregoeiro solicitá-los fundamentalmente pelo chat que deverá apresentar no prazo de 02 horas da solicitação.

7.24.1 - Não ocorrendo à apresentação dos documentos complementares a proposta no prazo definido no item acima sujeita a desclassificação da licitante.

7.25 - Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.26 - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível, sendo considerada inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.27 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

7.28 - O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (horas), sob pena de não aceitação da proposta.

7.29 - É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.30 - Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

7.31 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.32 - Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

7.33 – Encerrada a análise quanto a aceitação da proposta, o pregoeiro passará a verificar as condições de habilitação do licitante vencedor.

8. HABILITAÇÃO

8.1 - Como condição previa ao exame de habilitação, o pregoeiro se resguarda no direito de verificar eventual descumprimento das condições de participação, em especial à existência

de sanções que venha impedir a participação no certame ou de contratar com o Município de Canas-SP em consulta consolidada no “<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>” e no “www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apeados”.

8.2 Atendidas às condições de participação será iniciado o procedimento de habilitação que se processará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados que deveram ser anexados no sistema em campo próprio e no prazo de 02 horas após o início da fase da habilitação, os quais dizem respeito a:

8.2.1 - Quanto à HABILITAÇÃO JURÍDICA:

8.2.1.1 O Laboratório declarado vencedor deverá comprovar sua existência jurídica, conforme artigo 66 da Lei Federal nº 14.133/2021, como, por exemplo:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual.
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor (consolidado ou acompanhado de todas as alterações), devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício. Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.2.2 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA/OPERACIONAL (Art. 67 da Lei 14.133/2021)

8.2.2.1 O laboratório vencedor do certame deverá seguir e estar de acordo com as legislações vigentes, possuir contrato de participação e certificação de proficiência para todos os exames registrados na ANVISA.

8.2.2.2 Um ou mais atestado, expedido por órgão público, autarquia, empresa de economia mista ou pública, ou por empresas privadas, em nome da licitante, que comprove a capacidade da licitante em atender o objeto licitado com características semelhantes às do objeto do Pregão;

8.2.2.3 Apresentar Certificado de Responsabilidade Técnica do Responsável, perante o Conselho Regional. A Comprovação do vínculo deve se dar nos termos da Súmula 25, do TCE, que prevê o contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, admitindo-se, ainda, a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução do serviço.

8.2.2.4 O laboratório vencedor do certame deverá realizar todas as análises conforme o escopo de sua solicitação de credenciamento ou reconhecimento e não poderá subcontratar outro laboratório para realizar, nem parcialmente, as análises para as quais foi credenciado

ou reconhecido, conforme a RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA – RDC Nº. 302, DE 13 DE OUTUBRO DE 2005, que dispõe sobre Regulamento Técnico para funcionamento de Laboratórios Clínicos.

8.2.2.5 Alvará ou Licença para o funcionamento do estabelecimento, expedida pela Vigilância Sanitária do Estado ou do Município onde estiver instalado (atualizada). No caso de renovação, e esta não houver sido deferida, tempestivamente, deverá ser apresentado o protocolo do pedido, formulado no prazo, acompanhado da licença anterior, correspondente ao último exercício.

8.2.2.6 Autorização para o funcionamento, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Atualizada). No caso de renovação, e esta não houver sido deferida, tempestivamente, deverá ser apresentado o protocolo do pedido, formulado no prazo, acompanhado da autorização anterior.

8.2.3 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (Artigo 68 da Lei Federal nº 14.133/2021)

8.2.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

8.2.3.2 Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e a Dívida Ativa da União.

8.2.3.3 Prova de Regularidade de débito com a Fazenda Estadual da sede ou domicílio da licitante, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação.

8.2.3.4 Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal referente a tributos mobiliários, compatível como objeto contratual.

8.2.3.5 Certidão de Regularidade do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, fornecida pela Caixa Econômica Federal.

8.2.3.6 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa.

8.2.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.2.4.1 Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação, judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor central do fórum da sede da empresa licitante, com data não anterior a 90 (noventa) dias antes da data de apresentação dos documentos de habilitação quando não determinado no corpo da certidão.

8.2.4.2 Quanto ao documento referido no item anterior, na hipótese em que a Certidão de recuperação judicial ou extrajudicial for positiva, será considerado habilitado o licitante que apresentar comprovante de homologação do Plano de Recuperação judicial ou extrajudicial pelo juízo competente e em pleno vigor.

8.2.4.3 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais

demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), os quais serão resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG)= (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

8.2.4.4 Os documentos referidos item 8.2.4.3 deverão apresentar as seguintes características, conforme o caso:

a - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

b - Limitar-se-á ao último exercício exigível no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

c - Estarem devidamente assinados pelo administrador da empresa e pelo contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

d - Comprovante de autenticação da escrituração contábil junto ao registro público competente.

e - comprovante de autenticação poderá ser substituído por Recibo de Entrega da Escrituração Contábil Digital – ECD, gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, ou comprovante de publicação das demonstrações financeiras na forma determinada pelo art. 289 da Lei n.º 6.404, de 1976.

f - O marco temporal para apresentação das demonstrações do último exercício social exigível será a data limite definida nas normas da Secretaria da Receita Federal para a apresentação da Escrituração Contábil Digital (ECD) no Sistema Público de Escrituração Digital (Sped).

8.2.4.5 - Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.2.5 Quanto às DECLARAÇÕES E OUTRAS COMPROVAÇÕES:

8.2.5.1 A licitante vencedora deverá apresentar na fase de habilitação declaração que: (elaborada em papel timbrado conforme **modelo no Anexo II** deste Edital).

1. Não existe fato impeditivo à sua habilitação;
2. Não se enquadra em qualquer das hipóteses de impedimento previstas no art. 14 da Lei n

º14.133/2021;

3. Não está suspensa temporariamente de participar em licitações e impedida de contratar com a Municipalidade de Canas;

4. Não foi declarada inidônea pelo Poder Público, de nenhuma esfera;

5. A proposta foi elaborada de maneira independente e que conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013;

6. Não possui em seu quadro societário e nem participa de seus quadros funcionais profissional que tenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

7. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

9. Observa as normas relativas à saúde e segurança no Trabalho, para fins estabelecidos pelo parágrafo único do artigo 117 da Constituição do Estado de São Paulo;

10. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitada Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021;

11. Aceita e concorda com todas as condições do presente Edital e seus Anexos; e

12. Recebeu todos os documentos e tomou conhecimento de todas as informações necessárias para participar do presente certame e executar o objeto.

8.2.5.2 As declarações falsas, relativas ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitarão o licitante às sanções previstas na lei 14.133/21, conforme Artigo 155, inciso VIII.

8.2.5. 3 - Em se tratando de **microempresa e empresa de pequeno porte** que se enquadre no benefício da Lei Complementar n.º 123/06, deverá apresentar **Declaração** subscrita por representante legal nos termos do **Anexo III deste Edital**.

8.3 - Disposições gerais sobre os documentos de habilitação:

8.3.1 - As **microempresas e empresas de pequeno porte** por ocasião de participação neste certame deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresente alguma restrição.

8.3.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis às microempresas e empresas de pequeno porte, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor

do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.3.3 - Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas para a comprovação da regularidade fiscal, com o FGTS, trabalhista e econômico-financeira, a Administração aceitará como válidas as expedidas nos 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

8.3.4 - O Pregoeiro, a seu critério, poderá diligenciar para esclarecer dúvidas ou confirmar o teor dos documentos de habilitação apresentados, aplicando-se, em caso de falsidade, as sanções penais e administrativas pertinentes.

8.3.5 - O licitante que se considerar isenta ou imune de tributos relacionados ao objeto da licitação, cuja regularidade fiscal seja exigida no presente Edital, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.3.6 - Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.3.7 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz ou quando a comprovação ocorre de forma centralizada.

8.3.7.1 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

8.3.7.2 - - Será aplicado no presente edital o entendimento adotado pelo TCU (Tribunal de Contas da União), no Acórdão nº 1211/2021: “Acórdão 1211/2021 Plenário (Representação, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues) Licitação. Habilitação de licitante. Documentação. Documento novo. Vedação. Definição. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.

9 - RECURSOS

9.1 - Declarado o vencedor e decorrida a fase de habilitação, será oportunizado a qualquer licitante manifestar a intenção de recorrer, com registro da síntese das suas razões, formalizando em campo específico do sistema no prazo de 10 (dez) minutos.

9.2 - Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso,

fundamentadamente.

9.3 - Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

9.4 - A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

9.5 - Havendo interposição de recurso, o Pregoeiro informará aos recorrentes que poderão apresentar memoriais contendo as razões recursais no prazo de 03 (três) dias úteis a contar do momento da intimação, sob pena de preclusão, devendo juntar as razões também em campo próprio no sistema.

9.6 - O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição, diretamente no sistema, assegurado vista as peças indispensáveis ao interesse da defesa.

9.7 - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à Autoridade Competente, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.8 - A falta de interposição do recurso importará na decadência do direito de recorrer, podendo o Pregoeiro adjudicar o objeto do certame ao vencedor na própria sessão pública e, em seguida, propor à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório.

9.9 - O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10 - O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

9.11 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente adjudicará referidos itens recorridos e os homologará para determinar a contratação.

9.12 - Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à Autoridade Competente que poderá adjudicar o objeto e homologar a licitação; anular o presente certame total ou parcialmente nos casos de ilegalidade no procedimento, ou julgamento, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado; e, ainda, revogá-lo por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

10 - MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, contrato ou documento equivalente; deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame; não mantiver a proposta; falhar ou

fraudar na execução do objeto; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal; praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; ou desatender aos prazos estabelecidos neste instrumento convocatório - se microempresa ou empresa de pequeno porte, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, poderá sofrer as sanções previstas no artigo 156 da Lei 14.133/21, sem prejuízo das demais sanções previstas neste edital e na Ata de Registro de Preços.

10.2 - Considera-se comportamento inidôneo também, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances, sujeitando-se as penalidades legais e multa de 20% do valor estimado para o presente certame.

10.3 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o instrumento contratual, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o as seguintes penalidades:

- I - Multa de 20% (vinte por cento) sobre valor total adjudicado; ou
- II - Multa correspondente ao valor de nova licitação para o mesmo fim.

11 - DA HOMOLOGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

11.1 - Decididos os recursos, se o caso, e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

11.2 - Após a adjudicação do objeto e a homologação do resultado do certame licitatório, a licitante vencedora será convidada a assinar a ata de registro de preços, observado para esse efeito o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

11.3 – Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos de habilitação mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação a integridade do documento digital. Nestes casos, a licitante deverá encaminhar a documentação original ou a cópia autenticada exigida, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da solicitação do pregoeiro os quais devem ser entregues aos setor de Licitação, sito a Avenida 22 de Março, nº 369 - Centro, CEP: 12.615-000, Canas-SP.

11.4 - Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar a ata de registro de preços, outro licitante poderá ser convocado respeitado à ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar a ata de registro de preços, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

11.5 - A ata de registro de preços deverá ser executada em estrita conformidade com as

prescrições deste edital e seus anexos, que são delas partes integrantes e inseparáveis.

11.6 - A ata de registro de preços terá validade conforme o prazo fixado na minuta da ata de registro de preços/termo de compromisso em anexo.

12 - DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A existência do Registro não obriga a Administração a efetivar as contratações por esse meio, ficando-lhe facultada a aquisição por outras modalidades, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado à detentora da Ata o direito de preferência em igualdade de condições.

13 - FISCALIZAÇÃO, OUTRAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

13.1 – A Administração reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização do objeto, fiscalização essa que em nenhuma hipótese eximirá a empresa das responsabilidades contratuais e legais, bem como dos danos materiais ou morais que forem causados a terceiros, seja por atos ou omissões de seus operários e prepostos.

13.2 - A empresa deverá adotar medidas, precauções e cuidados tendentes a evitar danos materiais e morais a seus operários e a terceiros, bem como todas as medidas relativas ao seguro contra tais ocorrências, ficando sempre responsável pelos danos que advierem de sua omissão.

13.3 - A Prefeitura, através da Secretaria Requisitante, fiscalizará obrigatoriamente a execução da Ata de Registro de Preços, a fim de verificar se no seu desenvolvimento estão sendo observadas às especificações e demais requisitos nele previstos, reservando-se o direito de rejeitar o objeto/serviço, a seu critério, se não forem considerados satisfatórios.

13.4 - Durante a execução da Ata de Registro de Preços, os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, comerciais, seguros e outros cabíveis a espécie, oriundos do presente instrumento, serão de inteira responsabilidade da licitante vencedora, eximindo a Prefeitura das obrigações, sejam elas de qualquer natureza.

13.5 - Fica estabelecido que durante a Ata de Registro de Preços, não será cobrado nenhum pagamento extra, sendo certo que qualquer ocorrência em relação ao fornecimento do objeto será de inteira responsabilidade da licitante vencedora.

13.6 - Todos os tributos incidentes sobre a execução do objeto desta licitação, legalmente atribuíveis a licitante vencedora será pagos por ela e seus respectivos comprovantes apresentados à Prefeitura, sempre que exigidos.

13.7 - A Prefeitura Municipal de Canas fica isenta de responsabilidade de atos praticados por terceiros, sem expressa autorização.

14 - DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o órgão promotor revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivada de fato

superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado, a ser disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. O órgão promotor poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

14.1.1 - A anulação do procedimento licitatório induz à da Ata de Registro de Preços.

14.2 - O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

14.3 - É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

14.4 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

14.5 - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6 - O andamento do procedimento de licitação, entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado pelos participantes por meio do portal www.novobbmnet.com.br, que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento, sendo ainda facultada a Administração a comunicação por qualquer meio que comprove o recebimento.

14.7 - A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

14.8 - Não cabe à Bolsa Brasileira de Mercadorias qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pela empresa licitante e o Município de Canas, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

14.9 - O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio atenderão aos interessados no horário das 9h às 11:30h das 13:30h as 16h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital.

14.10 - A documentação apresentada para fins de habilitação da Licitante vencedora fará parte dos autos da licitação e não será devolvida ao proponente.

14.11 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

14.12 - Deverão ser assinado pelas partes, e juntamente com a Ata de Registro de Preços, o Termo de Ciência e Notificação e demais documentos necessários e exigidos pelos órgãos fiscalizadores, tais como o TCE-SP, conforme Anexo V.

14.13 - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.

14.14 - O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o Fórum da Comarca de Lorena.

14.15 - Constituem anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:

- a) Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA;
- b) Anexo II – MODELO DECLARAÇÃO UNIFICADA;
- c) Anexo III – MODELO DECLARAÇÃO ME ou EPP;
- d) Anexo IV – MINUTA TERMO DE COMPROMISSO ATA DE REGISTRO DE PREÇO;
- e) Anexo V - TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO
- f) Anexo VI – DADOS PARA PAGAMENTO E ASSINATURA.

Canas/SP, 13 de setembro de 2024.

SILVANA KOMEIH DA SILVA ZANIN
Prefeita Municipal

VANESSA AMORIM MEDEIROS
Secretária de Saúde

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Objeto: Registro de preço para contratação futura de empresa especializada na prestação de serviços de análises de exames laboratoriais, incluindo a análise do material e obtenção do resultado.

1. DA CONDIÇÃO GERAL

1.1 Considerando que os padrões de desempenho e os serviços objeto deste Termo de Referência, por meio de especificações usuais de mercado, classificamos o referido objeto como ‘serviço comum’.

1.2 A execução do objeto não gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Pública de Canas, vedando-se qualquer relação entre entes que caracteriza pessoalidade e subordinação direta.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de análises de exames laboratoriais, visa a assistência aos pacientes atendidos pela Secretaria de Saúde deste município, incluindo a análise do material e obtenção do resultado.

- ✓ São realizadas aproximadamente 104 coletas por ano, divididas em 2 vezes por semana, e em cada dia de coleta são colhidas amostras de 30 pacientes.
- ✓ Realizada na Unidade Básica de Saúde / ESF por profissionais do setor de enfermagem.

Considerando que os exames laboratoriais são necessários como apoio para diagnósticos de inúmeras patologias, informações que vão além dos dados colhidos por meio da anamnese e do exame físico realizado pelo profissional médico da saúde.

Exames estes, que são de suma importância, pois são solicitados para oferecer subsidio ou responder a necessidade de alguma investigação clínica, seja ela diagnóstica, prognóstica, para estabelecimento de conduta médica sejam elas visando prevenção, promoção e tratamento, que se não efetuados em momento oportuno poderá acarretar uma piora nas condições de saúde dos pacientes, podendo tornar ainda mais oneroso o gasto com a saúde no município caso os mesmos venham a mudar o nível de complexidade no atendimento.

3. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

3.1 O prazo de vigência da ata de registro será de 01 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso para administração pública municipal.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1 Após a realização da análise comparativa de soluções, a solução escolhida foi a licitação pela Modalidade Pregão, na forma eletrônica. A escolha da solução está devidamente justificada, com base nos benefícios e vantagens que ela proporcionará e que a diferencie das demais alternativas.

4.2 A justificativa abrange a identificação dos benefícios desejados e a serem alcançados em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O presente estudo registra os principais requisitos para a contratação, conforme abaixo:

5.1 Ser uma empresa especializada em análises clínicas, devidamente registrada e autorizada pelos órgãos competentes.

5.2 Apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato/registro de preço.

5.3 Comprovar aptidão para o desempenho da atividade, por meio de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, conforme exigido pelo **artigo 67 da Lei 14.133/21**, que serão explicitados no Termo de Referência e no respectivo Edital.

5.4 A contratação para a prestação dos serviços objeto deste Estudo para elaboração do Termo de Referência não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta, bem como aquelas vedações previstas no **artigo 48 da Lei 14.133/21**.

6. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

6.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

6.1.1 O Laboratório declarado vencedor deverá comprovar sua existência jurídica, conforme artigo 66 da Lei Federal nº 14.133/2021, como, por exemplo:

a) Registro Comercial, no caso de empresa individual.

b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor (consolidado ou acompanhado de todas as alterações), devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício. Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.2 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA/OPERACIONAL (Art. 67 da Lei 14.133/2021)

6.2.1 O laboratório vencedor do certame deverá seguir e estar de acordo com as legislações vigentes, possuir contrato de participação e certificação de proficiência para todos os exames registrados na ANVISA.

6.2.2 Um ou mais atestado, expedido por órgão público, autarquia, empresa de economia mista ou pública, ou por empresas privadas, em nome da licitante, que comprove a capacidade da licitante em atender o objeto licitado com características semelhantes às do objeto do Pregão;

6.2.3 Apresentar Certificado de Responsabilidade Técnica do Responsável, perante o Conselho Regional. A Comprovação do vínculo deve se dar nos termos da Súmula 25, do TCE, que prevê o contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, admitindo-se, ainda, a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução do serviço.

6.2.4 O laboratório vencedor do certame deverá realizar todas as análises conforme o escopo de sua solicitação de credenciamento ou reconhecimento e não poderá subcontratar outro laboratório para realizar, nem parcialmente, as análises para as quais foi credenciado ou reconhecido, conforme a RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA – RDC Nº. 302, DE 13 DE OUTUBRO DE 2005, que dispõe sobre Regulamento Técnico para funcionamento de Laboratórios Clínicos.

6.2.5 Alvará ou Licença para o funcionamento do estabelecimento, expedida pela Vigilância Sanitária do Estado ou do Município onde estiver instalado (atualizada). No caso de renovação, e esta não houver sido deferida, tempestivamente, deverá ser apresentado o protocolo do pedido, formulado no prazo, acompanhado da licença anterior, correspondente ao último exercício.

6.2.6. Autorização para o funcionamento, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Atualizada). No caso de renovação, e esta não houver sido deferida,

tempestivamente, deverá ser apresentado o protocolo do pedido, formulado no prazo, acompanhado da autorização anterior.

6.3 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (Artigo 68 da Lei Federal nº 14.133/2021)

6.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

6.3.2 Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e a Dívida Ativa da União.

6.3.3 Prova de Regularidade de débito com a Fazenda Estadual da sede ou domicílio da licitante, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação.

6.3.4 Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal referente a tributos mobiliários, compatível como objeto contratual.

6.3.5 Certidão de Regularidade do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, fornecida pela Caixa Econômica Federal.

6.3.6 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa.

6.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

6.4.1 Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação, judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor central do fórum da sede da empresa licitante, com data não anterior a 90 (noventa) dias antes da data de apresentação dos documentos de habilitação quando não determinado no corpo da certidão.

6.4.1.1 Quanto ao documento referido no item anterior, na hipótese em que a Certidão de recuperação judicial ou extrajudicial for positiva, será considerado habilitado o licitante que apresentar comprovante de homologação do Plano de Recuperação judicial ou extrajudicial pelo juízo competente e em pleno vigor.

6.4.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), os quais serão resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG)= (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante);
e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

6.4.2.1 Os documentos referidos item 6.4.2 deverão apresentar as seguintes características, conforme o caso:

a - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

b - Limitar-se-á ao último exercício exigível no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

c - Estarem devidamente assinados pelo administrador da empresa e pelo contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

d - Comprovante de autenticação da escrituração contábil junto ao registro público competente.

e - comprovante de autenticação poderá ser substituído por Recibo de Entrega da Escrituração Contábil Digital – ECD, gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, ou comprovante de publicação das demonstrações financeiras na forma determinada pelo art. 289 da Lei n.º 6.404, de 1976.

f - O marco temporal para apresentação das demonstrações do último exercício social exigível será a data limite definida nas normas da Secretaria da Receita Federal para a apresentação da Escrituração Contábil Digital (ECD) no Sistema Público de Escrituração Digital (Sped).

6.4.2.2 - Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

6.5 DECLARAÇÕES

6.5.1 A licitante vencedora deverá apresentar na fase de habilitação declaração que:

1. Não existe fato impeditivo à sua habilitação;
2. Não se enquadra em qualquer das hipóteses de impedimento previstas no art. 14 da Lei n.º 14.133/2021;
3. Não está suspensa temporariamente de participar em licitações e impedida de contratar com a Municipalidade de Canas;

4. Não foi declarada inidônea pelo Poder Público, de nenhuma esfera;
5. A proposta foi elaborada de maneira independente e que conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013;
6. Não possui em seu quadro societário e nem participa de seus quadros funcionais profissional que tenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;
7. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
8. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
9. Observa as normas relativas à saúde e segurança no Trabalho, para fins estabelecidos pelo parágrafo único do artigo 117 da Constituição do Estado de São Paulo;
10. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitada Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021;
11. Aceita e concorda com todas as condições do presente Edital e seus Anexos; e
12. Recebeu todos os documentos e tomou conhecimento de todas as informações necessárias para participar do presente certame e executar o objeto

6.5.2 As declarações falsas, relativas ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitarão o licitante às sanções previstas na lei 14.133/21, conforme Artigo 155, inciso VIII.

7. EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 O licitante vencedor deve assinar a ata de registro de preço no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

7.2 Retirar as amostras biológicas nos seguintes dias, local e horário: nas quartas e sextas-feiras as 10:00h da manhã na Unidade Básica de Saúde, situada na Av. 22 de março, 515 – Centro, Canas-SP.

7.2.1 A captação das amostras é realizada sob custo e responsabilidade da contratada.

7.2.2 Transportar as amostras biológicas de acordo com a norma da RDC Nº 20, de abril de 2014 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e a resolução Nº 3.665/11, de 04 de maio de 2011 da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), garantindo a integridade e segurança do material, devendo ser acondicionado em caixas térmicas de temperatura controlada e embalagens ideais, devidamente identificadas, segregadas de acordo com a natureza de compatibilidade do tipo de material.

7.3 Realizar as análises e liberar os resultados dos exames on-line ou via sistema de interface.

7.4 Os serviços contratados, deverão ser executados em Laboratório próprio da CONTRATADA.

7.5 Após a captação das amostras, a contratada possuirá o prazo de:

7.5.1. **24 a 48 horas** para a realização e entrega dos resultados dos exames considerados de baixa e média complexidade;

7.5.2. No máximo, **05 dias** para a realização e entrega dos resultados dos exames de alta complexidade.

8. MODELO DE GESTÃO DO TERMO DE COMPROMISSO

8.1 O Termo de Compromisso deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Termo de Compromisso, a execução será prorrogada automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3 As comunicações entre a administração pública de Canas e a compromissária deve ser realizada por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4 A execução deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) e/ou Gestor, ou pelos respectivos substitutos, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no Termo de Compromisso, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, desde que compatíveis com a natureza do objeto.

9. DA FISCALIZAÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSÃO ATA REGISTRO DE PREÇO

9.1 A Administração Pública Municipal é obrigada a acompanhar, fiscalizar, conferir o fornecimento do objeto do presente certame, através de servidor responsável escolhido pela Administração, o qual deverá anotar em registro próprio, as falhas detectadas e comunicar por escrito a autoridade superior todas as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte do Fornecedor;

9.2 A fiscalização será exercida no interesse do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante/fornecedor, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Município de Canas ou de seus agentes e prepostos;

9.3 Ficará a critério do (a) Secretário (a) Municipal de Saúde em exercício nomear mediante documento interno (Memorando) o/a responsável pela fiscalização do termo de compromisso, ficando o mesmo responsável por proceder todos os trâmites para o recebimento bom e fiel andamento do termo de compromisso.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

10.1 Os itens licitados serão solicitados de acordo com a necessidade da administração pública municipal de Canas-SP, através da autorização.

10.2 A execução do objeto ocorrerá conforme definido na cláusula 07 deste Termo de Referência.

10.3 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão de nota fiscal, desde que o objeto do presente tenha sido executado de acordo com o solicitado com o respectivo aceite da Secretaria requisitante.

10.4 O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente de titularidade da contratada.

10.5 Caso venha a ocorrer à necessidade de providências complementares por parte da Contratada, a fluência do prazo de pagamento será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

10.6 Os pagamentos devidos em decorrência das obrigações assumidas serão efetuados em conformidade com as condições estabelecidas na Proposta Comercial, devendo corresponder ao objeto efetivamente executado.

10.7 A licitante vencedora deverá informar o número da conta corrente e a agência do banco, na nota fiscal para efeitos de pagamento.

10.8 A nota fiscal deverá ser emitida em nome do Município de Canas, inscrito no CNPJ sob o nº 01.619.207/0001-01, com sede na Avenida 22 de Março, 369, Centro, Canas/SP, devendo constar no campo “observações”, além da informação exigida no

item 10.7, também a identificação do certame “**PREGÃO ELETRÔNICO Nº/2024**” e “**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº/2024**”.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento menor preço global.

12. DESCRIÇÃO E QUANTITATIVO DO OBJETO

ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
1	1920	ACIDO ÚRICO ENZIMÁTICO
2	300	ANTICORPOS ANTIESTREPTOLISINA O (ASO) POR TURBODIMETRIA
3	300	ALFA GLICOPROTEÍNA ÁCIDA
4	300	ALBUMINA COLORIMETRICA COM PADRAO
5	300	ASPARTATO AMINOTRANSFERASE LIQUIFORM (ALT) CINÉTICO UV
6	600	AMILASE CNPG LIQUIFORM METODO COLORIMETRICO
7	300	ALANINO AMINOTRANSFERASE LIQUIFORM (AST) - CINÉTICO UV
8	600	BILIRRUBINA DIRETA LIQUIFORM PARA AUTOMAÇÃO
9	600	BILIRRUBINA TOTAL E FRAÇÕES LIQUIFORM PARA AUTOMAÇÃO
10	1920	CÁLCIO MÉTODO ARSENAZO LIQUIFORM
11	300	CREATINOFOSFOQUINASE FRACAO MB (CK MB) LIQUIFORM CINETICA
12	300	CREATINOFOSFOQUINASE (CK NAC) LIQUIFORM CINETICA
13	300	CLORETO COLORIMETRICO
14	1920	COLESTEROL HDL DIRETO LIQUIFORM
15	1920	COLESTEROL TOTAL LIQUIFORM ENZIMÁTICO COLORIMÉTRICO
16	300	COLINESTERASE LIQUIFORM
17	1920	CREATININA CINETICA LIQUIFORM MÉTODO ENZIMÁTICO
18	300	FATOR REUMATÓIDE 2,5ML
19	500	FERRITINA METODO IMUNOTURBEDIMETRIA
20	500	FERRO LIQUIFORM – CAPACIDADE DE COMBINAÇÃO DO FERRO
21	300	FOSFATASE ALCALINA LIQUIFORM
22	300	FÓSFORO UV
23	300	FRUTOSAMINA COLORIMETRICA (REDUÇÃO DO NBT – AZUL DENITROTETRAZOICO)
24	1920	GAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASE (GAMA GT) LIQUIFORM
25	1920	GLICOSE LIQUIFORM MÉTODO HEXOQUINASE COLORIMÉTRICA
26	1500	HBA1C HEMOGLOBINA GLICOSILADA MÉTODO TURBEDIMETRIA AUTOMATIZÁVEL
27	500	DESIDROGENASE LÁTICA CINETICA (LDH) LIQUIFORM
28	1920	COLESTEROL LDL LIQUIFORM COLORIMETRICA (SURFACTANTE SELETIVO)

29	500	LÍPASE LIQUIFORM MÉTODO COLORIMÉTRICO POR AUTOMAÇÃO
30	500	MAGNÉSIO MÉTODO COLORIMÉTRICO
31	300	MICROALBUMINURIA MÉTODO IMUNOTURBEDIMETRIA
32	500	PROTEÍNA C REATIVA (PCR) MÉTODO TURBEDIMETRIA
33	1920	POTASSIO MÉTODO ENZIMÁTICO
34	600	PROTEÍNAS TOTAIS MÉTODO COLORIMÉTRICO COM PADRÃO
35	1920	SODIO MÉTODO ENZIMÁTICO
36	500	TRANSFERRINA MÉTODO TURBEDIMETRIA
37	1920	TRIGLICÉRIDES LIQUIFORM MÉTODO COLORIMÉTRICO
38	1920	URÉIA UV MÉTODO COLORIMÉTRICO LIQUIFORM
39	300	TEMPO DE PROTROMBINA ATIVADA (TAP)
40	300	TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL (PTT)
41	300	FIBRINOGENIO
42	500	REAGENTE CONTRA CITOMEGALOVIRUS IGG
43	500	REAGENTE CONTRA CITOMEGALOVIRUS IGM
44	200	REAGENTE CONTRA LEPTORPIROSE IGG
45	200	REAGENTE CONTRA LEPTORPIROSE IGM
46	500	REAGENTE CONTRA RUBEOLA IGG
47	500	REAGENTE CONTRA RUBEOLA IGM
48	500	REAGENTE IGG CONTRA TOXOPLASMOSE (TOXO – IGG)
49	500	REAGENTE IGM CONTRA TOXOPLASMOSE (TOXO IGM)
50	1000	REAGENTE CONTRA HEPATITE B – ANTIGENO DE SUPERFICIE (ANTI HBS)
51	500	REAGENTE CONTRA HEPATITE B - ANTIGENO CENTRAL (ANTI HBC TOTAL)
52	1000	REAGENTE CONTRA HEPATITE C (ANTI HCV)
53	1000	HIV AG/AB
54	500	REAGENTE CONTRA HEPATITE B PARA CARACTERIZAÇÃO DE ANTICORPOS IGM(ANTI HBC IGM)
55	1000	REAGENTE CONTRA HEPATITE B (HBSAG)
56	300	REAGENTE CONTRA HEPATITE A (HAV IGG)
57	300	REAGENTE CONTRA HEPATITE A (HAV IGM)
58	300	REAGENTE CONTRA HEPATITE B – ANTIGENO E (ANTI HBE)
59	300	REAGENTE PARA CARACTERIZAÇÃO DO ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI HBE AG)
60	300	REAGENTE PARA CARACTERIZAÇÃO DE ANTICORPOS IGG CONTRA HERPES 1
61	300	REAGENTE PARA CARACTERIZAÇÃO DE ANTICORPOS IGG CONTRA HERPES 2
62	500	HORMONIO FOLICULO ESTIMULANTE (FSH)
63	500	HORMONIO LUTEINIZANTE (LH)
64	1000	GONADOTROFINA CORIONICA HUMANA (Beta HCG) QUALITITIVO
65	500	TRIIODOTIRONINA (T3) TOTAL
66	500	TIROXINA (T4) TOTAL
67	1920	TIROXINA (T4) LIVRE

68	500	TRIIODOTIRONINA (T3) LIVRE
69	1920	HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TSH)ULTRA SENSÍVEL
70	300	PROGESTERONA
71	300	PROLACTINA
72	1000	ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO (PSA) TOTAL
73	1000	ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO (PSA) LIVRE
74	300	ESTRADIOL
75	300	TESTOSTERONA
76	300	FOLATO
77	500	INSULINA
78	300	ANTI TIREOGLOBULINA
79	1920	VITAMINA D3
80	500	VITAMINA B12
81	600	ANTIGENO CARCINOEMBRIONARIO (CEA)
82	600	ANTIGENO CARCINOEMBRIONARIO (CEA 125)
83	1920	HEMOGRAMA COMPLETO
84	600	CLASSIFICAÇÃO DE GRUPO SANGUINEO DO SISTEMA ABO
85	600	CLASSIFICAÇÃO DE SISTEMA RH
86	300	TESTE DIRETO DA ANTIGLOBULINA HUMANA (COOMBS DIRETO)
87	1920	TESTE PARA VDRL PARA DETECÇÃO DE SIFILIS
88	300	TESTE PARA SENSIBILIDADE /ANTIBIOTICO / QUIMIOTERAPICO
89	600	TESTE INDIRETO DA ANTIGLOBULINA HUMANA (COOMBS INDIRETO)
90	1500	PESQUISA DE SANGUE OCULTO
91	300	PESQUISA DE ROTAVIRUS
92	1500	PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS
93	1500	PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS COM CONSERVANTE MIF
94	1500	CULTURA DE BACTERIAS PARA IDENTIFICAÇÃO
95	1920	ANALISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTOS DA URINA
96	1000	CULTURA PARA IDENTIFICAÇÃO DE FUNGOS
97	300	CÉLULAS L.E
98	1000	HIV ELISA
99	500	DOSAGEM DE IMUGLOBULINA IGA
100	500	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA IGG
101	500	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA IGE
102	500	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA IGM
103	300	ANTICORPO ANTICARDIOLIPINA IGG
104	300	ANTICORPO ANTICARDIOLIPINA IGM
105	300	ANTICORPO ANTI DNA
106	500	FTABS IGG
107	500	FTABS IGM

108	300	COMPLEMENTO CH50
109	300	ALFA FETOPROTEÍNAS
110	300	COMPLEMENTO C3
111	300	COMPLEMENTO C4
112	600	ANTICORPO ANTINUCLEO- FAN
113	300	PARATORMONIO
114	600	ANTITIREOGLOBULINA
115	300	ANTICORPO ANTIMICROSSOMAL
116	300	ANTICORPO ANTI SM
117	300	ANTICORPO ANTI- SS- B(RO)
118	300	ANTICORPO ANTI-SS-B (LA)
119	300	ACTH
120	300	CORTISOL
121	500	DHEA
122	500	ESTRIOL
123	500	ESTRONA
124	500	TESTOSTERONA LIVRE
125	600	TIREOGLOBULINA
126	300	CAPACIDADE DE FIXAÇÃO DO FERRO
127	300	ALDOLASE
128	300	LACTATO
129	300	DOSAGEM 5- NUCLEOTIDASE
130	500	ELETROFORESE DE PROTEÍBNAS
131	300	DOSAGEM DE ÁCIDO VANILMANDÉLICO
132	300	A2 FETAL
133	300	CONTAGEM DE LINFÓCITO B
134	300	CONTAGEM DE LINFÓCITO CD4 NE CD8
135	300	CONTAGEM DE LINFOCITOS TOTAIS
136	1000	HEMOGLOBINA TOTAL
137	1000	HEMOGLOBINA S
138	5	ANTICORPO ANTILHOTAS DE LANGERHANS
139	300	ANTICORPO ANTI MUSCULO LISO
140	5	ANTICORPO ANTI MUSCULO ESTRIADO
141	300	ALDOSTERONA
142	300	MACROPROLACTINA
143	300	DOSAGEM DE ZINCO
144	300	DOSAGEM DE LÍTIO
145	300	DOSAGEM DE ALUMINIO
146	300	DOSAGEM DE ÁCIDO VALPROICO
147	300	DOSAGEM 17 CESTOSTEROIDES

148	300	DOSAGEM 17 HIDROXICORTICOSTEROIDES
149	300	DOSAGEM 5 NUCLEOTIDASE
150	300	ANTICORPO CONTRA PARACCOCIDIOIDES
151	300	EPSTEIN BAAR IGG
152	600	EPSTEIN BAAR IGM
153	600	COPROLOGIA FUNCIONAL
154	300	DOSAGEM DE OXALATO NA URINA
155	300	DOSAGEM DE CITRATO NA URINA
156	300	DOSAGEM DE CALCITONINA
157	300	DOSAGEM DE GH HORMONIO DO CRESCIMENTO
158	300	IGF-1
159	300	DOSAGEM DE CARBAMAZEPINA
160	300	DOSAGEM DE RENINA
161	300	CARIÓTIPO SANGUE PERIFÉRICO
162	300	FRUTOSE
163	300	DOSAGEM 17 HIDROXIPROGESTERONA
164	600	PEPTIDEO C
165	600	ÁCIDO MANDÉLICO
166	300	DOSAGEM DE CATECOLAMINAS
167	300	DOSAGEM DE CERULOPLASMA
168	300	ANTITROMBINA III
169	300	DOSAGEM DE GASTRINA
170	300	SDHEA
171	300	CLAMIDIA IGM
172	300	ANTI HTLV I + HTLV II
173	300	PROTEÍNAS TOTAIS E FRAÇÕES
174	600	CONTAGEM PLAQUETAS
175	300	CONTAGEM DE RETICULÓCITOS
176	300	TEMPO DE COAGULAÇÃO
177	500	TEMPO DE SANGRAMENTO
178	500	VHS
179	500	ELETROFORESE DE HEMOGLOBINA
180	600	RETRAÇÃO DO COÁGULO
181	300	PESQUISA DE ANTICORPOB HIV (WEST)
182	500	WALLER ROSE
183	300	CLEARANCE DE CREATININA
184	500	DOSAGEM DE PROTEINÚRIA
185	1000	BACILOSCOPIA DIRETA BAAR TUBERCULOSE
186	500	BACILOSCOPIA DIRETA BAAR HANSIENIASE
187	300	BACTERIOSCOPIA

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas decorrentes do presente pregão correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias: 02.05.01 | 10.301.0010.2004 | 01 | 3.3.90.39.00; 02.05.01 | 10.301.0010.2004 | 02 | 3.3.90.39.00.

14. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

14.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 2.344.647,35 (dois milhões trezentos e quarenta e quatro mil seiscentos e quarenta e sete reais e trinta e cinco centavos).

ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO
1	1920	ACIDO ÚRICO ENZIMÁTICO	4,73
2	300	ANTICORPOS ANTIESTREPTOLISINA O (ASO) POR TURBODIMETRIA	10,86
3	300	ALFA GLICOPROTEÍNA ÁCIDA	11,23
4	300	ALBUMINA COLORIMETRICA COM PADRAO	5,31
5	300	ASPARTATO AMINOTRANSFERASE LIQUIFORM (ALT) CINÉTICO UV	5,09
6	600	AMILASE CNPG LIQUIFORM METODO COLORIMETRICO	6,92
7	300	ALANINO AMINOTRANSFERASE LIQUIFORM (AST) - CINÉTICO UV	5,09
8	600	BILIRRUBINA DIRETA LIQUIFORM PARA AUTOMAÇÃO	3,78
9	600	BILIRRUBINA TOTAL E FRAÇÕES LIQUIFORM PARA AUTOMAÇÃO	4,98
10	1920	CÁLCIO MÉTODO ARSENAZO LIQUIFORM	4,45
11	300	CREATINOFOSFOQUINASE FRACAO MB (CK MB) LIQUIFORM CINETICA	9,87
12	300	CREATINOFOSFOQUINASE (CK NAC) LIQUIFORM CINETICA	9,38
13	300	CLORETO COLORIMETRICO	6,42
14	1920	COLESTEROL HDL DIRETO LIQUIFORM	7,25
15	1920	COLESTEROL TOTAL LIQUIFORM ENZIMÁTICO COLORIMÉTRICO	3,82
16	300	COLINESTERASE LIQUIFORM	11,03
17	1920	CREATININA CINETICA LIQUIFORM MÉTODO ENZIMÁTICO	4,22
18	300	FATOR REUMATÓIDE 2,5ML	6,48
19	500	FERRITINA METODO IMUNOTURBEDIMETRIA	17,67
20	500	FERRO LIQUIFORM – CAPACIDADE DE COMBINAÇÃO DO FERRO	5,92
21	300	FOSFATASE ALCALINA LIQUIFORM	3,98
22	300	FÓSFORO UV	4,63
23	300	FRUTOSAMINA COLORIMETRICA (REDUÇÃO DO NBT – AZUL DENITROTE-TRAZOICO)	9,73
24	1920	GAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASE (GAMA GT) LIQUIFORM	6,62

25	1920	GLICOSE LIQUIFORM MÉTODO HEXOQUINASE COLORIMÉTRICA	3,94
26	1500	HBA1C HEMOGLOBINA GLICOSILADA MÉTODO TURBEDIMETRIA AUTO-MATIZÁVEL	13,79
27	500	DESIDROGENASE LÁTICA CINÉTICA (LDH) LIQUIFORM	9,18
28	1920	COLESTEROL LDL LIQUIFORM COLORIMÉTRICA (SURFACTANTE SELETIVO)	6,84
29	500	LÍPASE LIQUIFORM MÉTODO COLORIMÉTRICO POR AUTOMAÇÃO	8,78
30	500	MAGNÉSIO MÉTODO COLORIMÉTRICO	4,72
31	300	MICROALBUMINURIA MÉTODO IMUNOTURBEDIMETRIA	15,77
32	500	PROTEÍNA C REATIVA (PCR) MÉTODO TURBEDIMETRIA	7,14
33	1920	POTÁSSIO MÉTODO ENZIMÁTICO	5,23
34	600	PROTEÍNAS TOTAIS MÉTODO COLORIMÉTRICO COM PADRÃO	8,37
35	1920	SÓDIO MÉTODO ENZIMÁTICO	7,29
36	500	TRANSFERRINA MÉTODO TURBEDIMETRIA	9,76
37	1920	TRIGLICÉRIDES LIQUIFORM MÉTODO COLORIMÉTRICO	5,50
38	1920	URÉIA UV MÉTODO COLORIMÉTRICO LIQUIFORM	4,22
39	300	TEMPO DE PROTROMBINA ATIVADA (TAP)	10,48
40	300	TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL (PTT)	10,96
41	300	FIBRINOGENO	11,64
42	500	REAGENTE CONTRA CITOMEGALOVÍRUS IGG	18,36
43	500	REAGENTE CONTRA CITOMEGALOVÍRUS IGM	18,83
44	200	REAGENTE CONTRA LEPTOSPIROSE IGG	84,56
45	200	REAGENTE CONTRA LEPTOSPIROSE IGM	85,06
46	500	REAGENTE CONTRA RUBÉOLA IGG	21,21
47	500	REAGENTE CONTRA RUBÉOLA IGM	21,62
48	500	REAGENTE IGG CONTRA TOXOPLASMOSE (TOXO – IGG)	20,09
49	500	REAGENTE IGM CONTRA TOXOPLASMOSE (TOXO IGM)	21,14
50	1000	REAGENTE CONTRA HEPATITE B – ANTIGENO DE SUPERFÍCIE (ANTI HBS)	20,73
51	500	REAGENTE CONTRA HEPATITE B - ANTIGENO CENTRAL (ANTI HBC TOTAL)	23,37
52	1000	REAGENTE CONTRA HEPATITE C (ANTI HCV)	21,43
53	1000	HIV AG/AB	22,73
54	500	REAGENTE CONTRA HEPATITE B PARA CARACTERIZAÇÃO DE ANTICORPOS IGM(ANTI HBC IGM)	21,95
55	1000	REAGENTE CONTRA HEPATITE B (HBSAG)	22,91
56	300	REAGENTE CONTRA HEPATITE A (HAV IGG)	27,07
57	300	REAGENTE CONTRA HEPATITE A (HAV IGM)	31,04
58	300	REAGENTE CONTRA HEPATITE B – ANTIGENO E (ANTI HBE)	20,89
59	300	REAGENTE PARA CARACTERIZAÇÃO DO ANTIGENO E DO VÍRUS DA HEPATITE B (ANTI HBE AG)	24,29
60	300	REAGENTE PARA CARACTERIZAÇÃO DE ANTICORPOS IGG CONTRA HERPES 1	29,80
61	300	REAGENTE PARA CARACTERIZAÇÃO DE ANTICORPOS IGG CONTRA HERPES 2	29,80

62	500	HORMONIO FOLICULO ESTIMULANTE (FSH)	16,37
63	500	HORMONIO LUTEINIZANTE (LH)	15,65
64	1000	GONADOTROFINA CORIONICA HUMANA (Beta HCG) QUALITITIVO	13,29
65	500	TRIIODOTIRONINA (T3) TOTAL	10,81
66	500	TIROXINA (T4) TOTAL	11,60
67	1920	TIROXINA (T4) LIVRE	13,92
68	500	TRIIODOTIRONINA (T3) LIVRE	21,20
69	1920	HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TSH)ULTRA SENSÍVEL	12,92
70	300	PROGESTERONA	16,08
71	300	PROLACTINA	15,95
72	1000	ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO (PSA) TOTAL	23,78
73	1000	ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO (PSA) LIVRE	34,34
74	300	ESTRADIOL	14,43
75	300	TESTOSTERONA	15,17
76	300	FOLATO	33,65
77	500	INSULINA	17,23
78	300	ANTI TIREOGLOBULINA	25,15
79	1920	VITAMINA D3	31,83
80	500	VITAMINA B12	18,79
81	600	ANTIGENO CARCINOEMBRIONARIO (CEA)	20,82
82	600	ANTIGENO CARCINOEMBRIONARIO (CEA 125)	23,75
83	1920	HEMOGRAMA COMPLETO	9,42
84	600	CLASSIFICAÇÃO DE GRUPO SANGUINEO DO SISTEMA ABO	7,11
85	600	CLASSIFICAÇÃO DE SISTEMA RH	7,13
86	300	TESTE DIRETO DA ANTIGLOBULINA HUMANA (COOMBS DIRETO)	9,51
87	1920	TESTE PARA VDRL PARA DETECÇÃO DE SIFILIS	9,61
88	300	TESTE PARA SENSIBILIDADE /ANTIBIOTICO / QUIMIOTERAPICO	10,09
89	600	TESTE INDIRETO DA ANTIGLOBULINA HUMANA (COOMBS INDIRETO)	10,42
90	1500	PESQUISA DE SANGUE OCULTO	9,72
91	300	PESQUISA DE ROTAVIRUS	71,16
92	1500	PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS	4,53
93	1500	PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS COM CONSERVANTE MIF	5,28
94	1500	CULTURA DE BACTERIAS PARA IDENTIFICAÇÃO	26,49
95	1920	ANALISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTOS DA URI- NA	8,05
96	1000	CULTURA PARA IDENTIFICAÇÃO DE FUNGOS	48,50
97	300	CÉLULAS L.E	14,09
98	1000	HIV ELISA	17,81
99	500	DOSAGEM DE IMUGLOBULINA IGA	20,26
100	500	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA IGG	24,95

101	500	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA IGE	16,28
102	500	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA IGM	27,58
103	300	ANTICORPO ANTICARDIOLIPINA IGG	26,88
104	300	ANTICORPO ANTICARDIOLIPINA IGM	26,88
105	300	ANTICORPO ANTI DNA	24,85
106	500	FTABS IGG	16,77
107	500	FTABS IGM	19,93
108	300	COMPLEMENTO CH50	32,43
109	300	ALFA FETOPROTEÍNAS	24,52
110	300	COMPLEMENTO C3	22,51
111	300	COMPLEMENTO C4	22,50
112	600	ANTICORPO ANTINUCLEO- FAN	19,33
113	300	PARATORMONIO	45,13
114	600	ANTITIREOGLOBULINA	27,77
115	300	ANTICORPO ANTIMICROSSOMAL	25,74
116	300	ANTICORPO ANTI SM	28,26
117	300	ANTICORPO ANTI- SS- B(RO)	30,56
118	300	ANTICORPO ANTI-SS-B (LA)	30,58
119	300	ACTH	25,99
120	300	CORTISOL	15,90
121	500	DHEA	22,82
122	500	ESTRIOL	20,15
123	500	ESTRONA	25,13
124	500	TESTOSTERONA LIVRE	22,49
125	600	TIREOGLOBULINA	23,92
126	300	CAPACIDADE DE FIXAÇÃO DO FERRO	13,59
127	300	ALDOLASE	10,93
128	300	LACTATO	11,82
129	300	DOSAGEM 5- NUCLEOTIDASE	43,85
130	500	ELETROFORESE DE PROTEÍBNAS	16,94
131	300	DOSAGEM DE ÁCIDO VANILMANDÉLICO	79,76
132	300	A2 FETAL	31,40
133	300	CONTAGEM DE LINFÓCITO B	121,53
134	300	CONTAGEM DE LINFÓCITO CD4 NE CD8	113,05
135	300	CONTAGEM DE LINFOCITOS TOTAIS	87,93
136	1000	HEMOGLOBINA TOTAL	10,25
137	1000	HEMOGLOBINA S	30,10
138	5	ANTICORPO ANTILHOTAS DE LANGERHANS	106,43
139	300	ANTICORPO ANTI MUSCULO LISO	41,74
140	5	ANTICORPO ANTI MUSCULO ESTRIADO	109,80

141	300	ALDOSTERONA	31,72
142	300	MACROPROLACTINA	23,72
143	300	DOSAGEM DE ZINCO	22,44
144	300	DOSAGEM DE LÍTIO	13,66
145	300	DOSAGEM DE ALUMÍNIO	39,98
146	300	DOSAGEM DE ÁCIDO VALPROICO	28,83
147	300	DOSAGEM 17 CESTOSTEROIDES	181,17
148	300	DOSAGEM 17 HIDROXICORTICOSTEROIDES	71,53
149	300	DOSAGEM 5 NUCLEOTIDASE	43,85
150	300	ANTICORPO CONTRA PARACOCIDIOIDES	78,17
151	300	EPSTEIN BAAR IGG	27,65
152	600	EPSTEIN BAAR IGM	28,84
153	600	COPROLOGIA FUNCIONAL	19,04
154	300	DOSAGEM DE OXALATO NA URINA	68,76
155	300	DOSAGEM DE CITRATO NA URINA	22,12
156	300	DOSAGEM DE CALCITONINA	31,38
157	300	DOSAGEM DE GH HORMONIO DO CRESCIMENTO	22,30
158	300	IGF-1	39,86
159	300	DOSAGEM DE CARBAMAZEPINA	31,94
160	300	DOSAGEM DE RENINA	62,66
161	300	CARIÓTIPO SANGUE PERIFÉRICO	648,90
162	300	FRUTOSE	22,59
163	300	DOSAGEM 17 HIDROXIPROGESTERONA	23,16
164	600	PEPTIDEO C	24,81
165	600	ÁCIDO MANDÉLICO	13,02
166	300	DOSAGEM DE CATECOLAMINAS	120,66
167	300	DOSAGEM DE CERULOPLASMA	58,68
168	300	ANTITROMBINA III	26,11
169	300	DOSAGEM DE GASTRINA	34,53
170	300	SDHEA	25,48
171	300	CLAMIDIA IGM	47,88
172	300	ANTI HTLV I + HTLV II	36,27
173	300	PROTEÍNAS TOTAIS E FRAÇÕES	7,93
174	600	CONTAGEM PLAQUETAS	7,07
175	300	CONTAGEM DE RETICULÓCITOS	7,82
176	300	TEMPO DE COAGULAÇÃO	4,19
177	500	TEMPO DE SANGRAMENTO	9,08
178	500	VHS	7,09
179	500	ELETROFORESE DE HEMOGLOBINA	22,43
180	600	RETRAÇÃO DO COÁGULO	5,29

181	300	PESQUISA DE ANTICORPOB HIV (WEST)	199,23
182	500	WALLER ROSE	8,84
183	300	CLEARENCE DE CREATININA	11,29
184	500	DOSAGEM DE PROTEINÚRIA	11,45
185	1000	BACILOSCOPIA DIRETA BAAR TUBERCULOSE	28,25
186	500	BACILOSCOPIA DIRETA BAAR HANSIENIASE	100,72
187	300	BACTERIOSCOPIA	14,61
188	300	ÁCIDO VANILMANDÉLICO	106,16

ANEXO II
DECLARAÇÃO UNIFICADA

Razão Social , estabelecida na , nº , Bairro , Cidade de , Estado de , e endereço , telefone ...-..... , inscrita no CNPJ sob nº..... , neste ato representada por..... , cargo: , CPF nº. , DECLARA, sob as penas da lei, que:

1. Não existe fato impeditivo à sua habilitação;
2. Não se enquadra em qualquer das hipóteses de impedimento previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;
3. Não está suspensa temporariamente de participar em licitações e impedida de contratar com a Municipalidade de Canas;
4. Não foi declarada inidônea pelo Poder Público, de nenhuma esfera;
5. A proposta foi elaborada de maneira independente e que conduz seus negócios de forma acoibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013;
6. Não possui em seu quadro societário e nem participa de seus quadros funcionais profissional que tenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que dele seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;
7. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
8. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
9. Observa as normas relativas à saúde e segurança no Trabalho, para fins estabelecidos pelo parágrafo único do artigo 117 da Constituição do Estado de São Paulo;
10. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitada da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021;
11. Aceita e concorda com todas as condições do presente Edital e seus Anexos; e
12. Recebeu todos os documentos e tomou conhecimento de todas as informações necessárias para participar do presente certame e executar o objeto.

Local e Data

Ass e Identificação

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO – ME OU EPP

Pregão Eletrônico nº 08/2024.

Razão Social, estabelecida na, nº, Bairro, Cidade de, Estado de, e endereço, telefone ...-....., inscrita no CNPJ sob nº....., neste ato representada por....., cargo:, CPF nº., DECLARA sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas no edital de convocação, que é MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123/2006, não estando inserida nas vedações dos incisos de I à XI, do §4º, do art. 3º, da referida Lei Complementar, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta a usufruir do tratamento favorecido na referida Lei.

Declara ainda, não ter celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores extrapoelem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno nos termos do art 4º da Lei Federal 14.133/21.

Canas, dede 2024.

Local e Data

Ass e Identificação

ANEXO IV

TERMO DE COMPROMISSO Nº ____/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2024

Aos ____ dias do mês de _____ de 2024, o MUNICIPIO DE CANAS, com sede em Canas/SP, à Avenida 22 de Março, 369, Canas/SP, inscrito no CNPJ/MF nº _____, neste ato representado pela Prefeita Municipal, _____, brasileira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº ____ e do CPF/MF nº _____, que para efeitos deste instrumento denomina-se simplesmente COMPROMITENTE, e por outro lado a empresa _____, CNPJ Nº _____, sito à _____, neste ato representado por _____, portador da cédula de identidade RG nº _____, CPF nº _____, doravante denominada simplesmente COMPROMISSADA, em virtude da homologação e do resultado do Processo de licitação nº ____/2024, Pregão Eletrônico nº ____/2024, que faz parte integral deste termo, e também em conformidade com o descrito no Anexo I do Edital, que integra este em todos os seus termos e condições, quando deles as Secretarias requisitantes tiver a necessidade, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em 1º (primeiro) lugar, no certame acima numerado, sendo o presente Termo de Compromisso regido pela **Lei Federal nº 14.133/21**, além das normas legais em vigor.

CLÁUSULA PRIMEIRA - NATUREZA E OBJETO

1.1 – O objeto do presente Termo de Compromisso tem por finalidade o registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de análises de exames laboratoriais, incluindo a análise do material e obtenção do resultado, conforme condições e especificações contidas no Edital de Licitação nº ____/2024, seus anexos, proposta comercial e Ata de Registro de Preço nº ____/2024, para execução de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, por período de 12 (doze) meses a contar da assinatura deste termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 Retirar as amostras biológicas nos seguintes dias, local e horário: nas quartas e sextas-feiras as 10:00h da manhã na Unidade Básica de Saúde, situada na Av. 22 de março, 515 – Centro, Canas-SP.

2.2 A captação das amostras é realizada sob custo e responsabilidade da contratada/compromissária.

2.3 Transportar as amostras biológicas de acordo com a norma da RDC Nº 20, de abril de 2014 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e a resolução Nº 3.665/11, de 04 de maio de 2011 da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), garantindo a integridade e segurança do material, devendo ser acondicionado em caixas térmicas de temperatura controlada e embalagens ideais, devidamente identificadas, segregadas de acordo com a natureza de compatibilidade do tipo de material.

2.4 Realizar as análises e liberar os resultados dos exames on-line ou via sistema de interface.

2.5 Os serviços deverão ser executados em Laboratório próprio da CONTRATADA/COMPROMISSÁRIA.

2.6 Após a captação das amostras, a contratada possuirá o prazo de:

2.6.1 - 24 a 48 horas para a realização e entrega dos resultados dos exames considerados de baixa e média complexidade;

- 2.6.2. No máximo, 05 dias para a realização e entrega dos resultados dos exames de alta complexidade.
- 2.7 O regime de Execução deverá ocorrer nos exatos termos e condições estabelecidas no Termo de Referência Anexo I do Edital de Licitação nº __/2024 que faz parte integral deste.
- 2.8 Os serviços serão executados dentro dos melhores padrões, normas científicas vigentes e atualizadas, com o necessário rigor técnico que a natureza do serviço requer.
- 2.9 Apresentar e atualizar certidões ou qualquer outro documento sempre que solicitado pelo Município de Canas.
- 2.10 Responsabilizar-se integralmente por todas as intercorrências relativas no que se refere a indenização proveniente da execução do serviço, objeto deste.
- 2.11 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE/COMPROMISSÁRIA ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da Ata.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 3.1. Os preços unitários e totais dos serviços são os constantes da respectiva Ata de Registro de Preço nº __/2024 que faz parte integral deste.
- 3.2. Os preços apresentados pela COMPROMISSÁRIA terão valores expressos em reais (R\$) compatíveis com os de mercado, inclusos todos os custos diretos e indiretos, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação;
- 3.3. Correrão exclusivamente por conta da COMPROMISSÁRIA, quaisquer tributos, e/ou demais ônus incidentes;
- 3.4. À COMPROMISSÁRIA não será ressarcida de quaisquer despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos no presente Termo de Compromisso, independentemente da causa que tenha determinado a omissão.
- 3.5. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão de nota fiscal, desde que o objeto do presente tenha sido executado de acordo com o solicitado com o respectivo aceite da Secretaria requisitante.
- 3.6. O pagamento será efetuado por credito em conta corrente de titularidade da contratada.
- 3.7. Caso venha a ocorrer à necessidade de providências complementares por parte da Compromissária, a fluência do prazo de pagamento será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.
- 3.8. A Compromissária deverá informar o número da conta corrente e a agência do banco, na nota fiscal para efeitos de pagamento.
- 3.9. A nota fiscal deverá ser emitida em nome do Município de Canas, inscrito no CNPJ sob o nº 01.619.207/0001-01, com sede na Avenida 22 de Março, 369, Centro, Canas/SP, devendo constar no campo “observações”, além da informação exigida no item 3.7 deste, também a identificação do certame “**PREGÃO ELETRÔNICO Nº __/2024**” e “**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº __/2024**”.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1 - As despesas decorrentes do presente termo correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias: 02.05.01 | 10.301.0010.2004 | 01 | 3.3.90.39.00; 02.05.01 | 10.301.0010.2004 | 02 | 3.3.90.39.00.

CLÁUSULA QUINTA - VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 – O presente termo de compromisso juntamente com a Ata de Registro de Preços nº ____/2024 terão validade de 01(um) ano a partir da data da sua assinatura, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço seja vantajoso para administração pública municipal de Canas;

5.2 – Durante o prazo de validade descrito no item anterior, a Prefeitura Municipal de Canas não será obrigada a adquirir o objeto deste, exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo licitar quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar o Termo de Compromisso, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora neste caso, o contraditório e ampla defesa.

CLAUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA

6.1. A Compromissária deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital de Pregão Eletrônico nº ____/2024, seus Anexos e este Termo de Compromisso, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

6.2. Executar o objeto conforme a necessidade da Secretaria requisitante sempre após a emissão da Autorização de Serviço;

6.3. A execução dos serviços do presente Termo de Compromisso deverá ocorrer no estabelecimento da compromissária em conformidade com as regras definidas no Anexo I do Edital e na ordem de serviços, correndo por conta exclusiva do(a) Compromissária(a) as despesas diretas e indiretas, para fornecimento dos objeto contratado;

6.4. Ficará sob responsabilidade da Compromissaria o transporte do material coletado até o destino final Laboratório, conforme definido no termo de referência.

6.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Compromitente, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

6.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do Termo de Compromisso, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

6.7. Manter, durante toda a execução do presente termo e ata de registro de preço, a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo procedimento licitatório;

6.8. Responsabilizar-se por todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, da infortunistica do trabalho, fiscais, comerciais, médicos e dos decorrentes de controle médico de saúde ocupacional de seus funcionários e empregados utilizados para a consecução do objeto desta avença e outros resultantes da execução deste, obrigando-se a saldá-los na época própria. A inadimplência da COMPROMISSÁRIA, com referência a estes encargos, não transfere ao órgão responsável a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste;

- 6.9. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do Termo de Compromisso ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 6.10. Cumprir, durante todo o período de execução do Termo de Compromisso, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas;
- 6.11. A COMPROMISSÁRIA, sempre que solicitado pela COMPROMITENTE, deverá apresentar comprovante de cumprimento da reserva de cargos a que se refere o item supra, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;
- 6.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Termo de Compromisso;
- 6.13. Demais obrigações da Compromissária que estão definidas no termo de referência.

CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIAS

- 7.1. Não serão exigidas garantias, já que os pagamentos serão efetuados após a execução do objeto;
- 7.2. Fica a COMPROMITENTE isenta de responsabilidade de atos praticados por terceiros, sem expressa autorização.

CLÁUSULA OITAVA – UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1 A Ata de Registro de Preços nº ____/2024, que é parte integral deste, será usada pela Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Canas, mediante requisição e justificativa da necessidade.

CLÁUSULA NONA – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 9.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, nas seguintes situações:
- 9.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 9.1.3 Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto.
- 9.2 Transcorrido o prazo de 01 (um) ano, caso a administração opte pela prorrogação da vigência da ata de registro de preços, o valor registrado poderá ser reajustado, com base no índice IPCA-FIPE, contado da data da apresentação da proposta.
- 9.3 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento será pago a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s). Fica a COMPROMISSÁRIA obrigada a apresentar memória de

cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

9.4 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.5 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, às partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.7 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

10.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o compromissário para negociar a redução do preço registrado.

10.2 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o compromissário será liberado do compromisso assumido quanto ao lote registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

10.3 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os licitantes do cadastro de reserva, se houver, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes que tiveram seu registro cancelado.

10.4 Não havendo cadastro de reserva ou se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CANCELAMENTO DA ATA

11.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela COMPROMITENTE quando:

- a COMPROMISSÁRIA não cumprir as obrigações constantes deste Termo de Compromisso;
- a COMPROMISSÁRIA não retirar a Autorização de Serviço no prazo estabelecido e a COMPROMITENTE não aceitar sua justificativa;
- a COMPROMISSÁRIA der causa à rescisão administrativa do Termo, decorrente de Registro de Preços;
- em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do presente Termo, decorrente de Registro de Preços;
- os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- quando a compromissária sofrer sanção prevista no inciso III ou IV do caput do art. 156 da Lei 14.133/21.
- por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

11.2 – A comunicação do cancelamento do preço, registrado nos casos previstos no subitem anterior, será

feita por despacho do órgão gerenciador, garantida a ampla defesa e o contraditório, através de notificação da COMPROMISSÁRIA;

11.2.1 – No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3 – Na hipótese de cancelamento do registro do compromissário, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observado a ordem de classificação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PENALIDADES

12.1 – Nos termos do art. 155 da Lei 14.133/21 considera-se infrações administrativas: dar causa à inexecução parcial do contrato/ata de registro de preço; dar causa à inexecução parcial do contrato/ata de registro de preço que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; dar causa à inexecução total do contrato/ata de registro de preço; deixar de entregar a documentação exigida para o certame; não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o contrato/ata de registro de preço ou não entregar a documentação exigida, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado; apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato/ata de registro de preço; fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato/ata de registro de preço; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2 – Será aplicada aos responsáveis pelas infrações administrativas as ações elencadas abaixo conforme previsto no art. 156 da Lei 14.133/21:

I – advertência

II – caso ocorra atraso injustificado na execução será aplicado multa de 01 % (um por cento) sobre o valor total de contrato ou da ata de registro de preço vinculada, com aplicação em dobro da multa em caso de reincidência, salvo se este ocorrer de forma justificada (considera-se justificado os atrasos que envolva caso fortuito e força maior).

III – Caso ocorra atraso injustificado por mais de 02 (duas) vezes serão considerados como inexecução parcial do termo de compromisso ou do contrato.

IV – Pela inexecução parcial do termo de compromisso ata de registro de preço será aplicada multa equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou da ata de registro de preço vinculada;

V – Pela inexecução total do termo de compromisso ata de registro de preço será aplicada multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total atualizado do contrato ou da ata de registro de preço vinculada, sempre que, por fato que lhe seja imputável não cumprir os prazos estabelecidos no presente instrumento sujeitando-se também demais sanções administrativas.

VI – impedimento de licitar e contratar;

VII – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3 – O valor resultante da aplicação das multas, que serão independentes, será, conforme o caso, descontado dos pagamentos devidos ao(a) Compromissário(a) ou dele(a) cobrado, administrativa ou judicialmente.

12.3.1 – No caso de cobrança administrativa ou judicial será emitido a competente certidão de dívida ativa.

12.4 – No caso de reincidência de irregularidades na execução do objeto por 03 (três) vezes ou mais, o gestor poderá rescindir o contrato/termo de compromisso firmado, ficando caracterizada inexecução parcial do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 Integram este Termo a Ata de Registro de Preço nº ____/2024, e a proposta da compromissária (ata de sessão de pregão).

13.2 Para todas as questões suscitadas na execução deste, não resolvidas administrativamente, o foro será o da Comarca de Lorena, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.3 Os casos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21 e demais regulamentações. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do Direito.

Canas/SP, ____/____/ 2024

PREFEITA MUNICIPAL

COMPROMISSÁRIA

Testemunhas:

Nome: _____

RG/CIN: _____

Nome: _____

RG/CIN: _____

ANEXO V

Pregão Eletrônico nº ____/2024

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de análises de exames laboratoriais, incluindo a análise do material e obtenção do resultado, conforme especificações, quantitativos e demais condições definidas no Edital de Licitações nº ____/2024 e seus anexos.

COMPROMITENTE: MUNICIPAL DE CANAS

COMPROMISSÁRIA: _____

Na qualidade de **COMPROMITENTE** e **COMPROMISSÁRIA**, respectivamente, do Termo acima identificado, e cientes do seu encaminhamento ao **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por **CIENTES** e **NOTIFICADOS** para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se foro caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, declaramos estar cientes, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

Canas/SP ____/____/2024 (Data)

PREFEITA MUNICIPAL

COMPROMISSÁRIA

ANEXO VI

DADOS PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO E PARA PAGAMENTO

Processo de Licitação nº ____/2024

Pregão Eletrônico nº ____/2024

Obs.: As informações abaixo deverão ser atuais, devendo estar de acordo com os dados que integrarão à(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is), para fins de faturamento, sendo de exclusiva responsabilidade da empresa licitante as informações indicadas abaixo:

DADOS DA EMPRESA LICITANTE

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE: CNPJ:

INSC. ESTADUAL: INSC. MUNICIPAL: TELEFONE: (.....)

..... ENDEREÇO COMPLETO (logradouro, nº, bairro, cidade, estado):

....., E-MAIL DA EMPRESA:

DADOS DE QUEM ASSINARÁ O CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

(Caso não tenha sido comprovado no processo licitatório poderes para assinatura do respectivo contrato, será necessário a apresentação de procuração com poderes específicos para assinar contratos no momento da assinatura).

NOME COMPLETO: ESTADO CIVIL:

..... NACIONALIDADE: CARGO QUE OCUPA

NA EMPRESA: RG (com Órgão e Estado Emissor):

..... CPF: ENDEREÇO/DOMICÍLIO

COMPLETO (logradouro, nº, bairro, cidade, estado):

DADOS BANCÁRIOS:

Banco: Agência:, Conta:

Local/Data

Assinatura representante legal ou procurador